

Movimentos Sociais em Sines: 1914-1926

Novembro de 2014

Neste ano de comemoração dos 100 anos da restauração do concelho de Sines, o Arquivo Municipal continua a publicar textos científicos sobre esse período histórico. Nesta edição o tema são os movimentos sociais em Sines na Primeira República, nomeadamente entre os operários corticeiros.

I- As dinâmicas sociais num concelho recém-restaurado

Os corticeiros

A transformação da cortiça foi um dos sectores industriais a desenvolver-se a partir dos finais do século XIX em Portugal, aproveitando a existência de matéria-prima e de mão-de-obra barata e abundante. Daí que os principais núcleos corticeiros se localizassem a sul, mormente na margem sul do Tejo. Uma das mais relevantes instalações fabris, a Herold (Medeiros, 1978:84), empregava em 1917 mais de 1000 operários no Barreiro, e tinha um núcleo mais reduzido também em Sines.

A indústria corticeira instalou-se em Sines no século XIX com capitais ingleses, sendo que em meados do século laboravam já três fábricas, as quais empregavam 72 operários e conseguiam carregar vinte navios com cerca de 19400 toneladas (Lopes, 1985: 102). No final do século instalaram-se industriais corticeiros catalães¹, e, em 1908, já laboravam cinco fábricas com cerca de quatrocentos operários (Madeira, 1986).

A instalação das unidades em Sines, uma pequena vila no litoral alentejano, explica-se pela proximidade dos montados da serra de Grândola, de Santiago do Cacém, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Odemira, Alcácer do Sal e até Ourique. A facilidade de transporte pelo porto de mar, servido por uma carreira a vapor de Lisboa para o Algarve (Loureiro, 1909:103), foi um aspecto decisivo.

Em 1911 o sector ocupava cerca de um terço da população activa de Sines e em 1912 são arroladas nove fábricas, sendo quatro delas de pequena dimensão. Neste mesmo ano, a associação de operários corticeiros local agrupava mais de metade dos corticeiros em Sines. Segundo o *Anuário Comercial*, o número de fábricas em Sines no período da Grande Guerra foi de sete fábricas, com excepção de 1915, com treze.

¹ *Mapa de Estrangeiros Residentes na área do concelho*, 23 de Junho de 1917, AHCMS, recolhido por João Madeira.

A organização sindical dos corticeiros de Sines fez-se em ligação com a Associação de Lisboa, tendo entregado os estatutos ao governo para aprovação em 1902 (Madeira, 1986).

Entre 1911 e 1914, a secção de Sines desenvolve acções de solidariedade com outras secções sindicais do sul, embora tivesse perdido já o apoio dos comerciantes locais. Em 1911 os operários da Herold entram em greve por solidariedade com a greve dos operários da mesma empresa no Barreiro; no mesmo ano as cinco fábricas mais relevantes da vila (além da Herold, a Prats, a Francisco Bigas, a Bucknall e a Arps) encerraram em solidariedade para com os operários de Almada. Segundo o *Anuário Comercial*², o número de fábricas em Sines no período da Grande Guerra foi de sete fábricas, com excepção de 1915, com treze. Em 1919 a carga de cortiça significava 12,20% da carga total saída do porto de Sines, apesar das restrições de laboração trazidas pela guerra³.

Em Maio de 1914 a questão não fora ainda resolvida, antes ainda agravada pelo despedimento de operários em 1913. Uma nova greve despoletou-se então entre os trabalhadores da Herold, num contexto de paralisação das restantes fábricas por falta de matéria para laborar. Em Agosto de 1914 uma comissão de operários corticeiros *expoz a situação aflitiva em que se encontram, não só a sua classe, as também todas as classes operárias*⁴ à Câmara Municipal, chamada a dirimir conflitos entre operários e industriais. Em Setembro de 1914 o porto está quase paralisado com a retracção da exportação de cortiça⁵.

A questão dos abastecimentos agravou-se durante o ano de 1915, o que motivou a acção conjunta de corticeiros e marítimos. Os corticeiros de Sines mantinham acções concertadas com os operários da Margem Sul para interditar a exportação de cereais pelo porto de Sines. Em Outubro de 1915 o administrador do concelho requisitou uma unidade de cavalaria de Grândola para prevenir assaltos a estabelecimentos comerciais. As forças militares mantêm-se em Sines até Novembro⁶, mas a autoridade policial comunicava ao Governador Civil de Lisboa que seria necessário uma força em

² *Anuário Comercial*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, volumes II, anos de 1914-1918.

³ *Folha de Sines*, nº2, 15 de Julho de 1919.

⁴ Arquivo Municipal de Sines. Acta da Câmara Municipal de Sines de 26 de Agosto de 1914, livro 16.

⁵ Arquivo Municipal de Sines. Administração do Concelho de Sines. Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofício nº. 37 de 9 de Setembro de 1914.

⁶ Arquivo Municipal de Sines. Acta da Câmara Municipal de Sines de Novembro de 1915, livro 16.

permanência para evitar possíveis acções dos operários, que procuravam impedir a exportação de cereais⁷.

De facto, uma comissão de operários em representação da Associação das Classes Corticeira e Marítima, esteve presente na sessão de câmara de 18 de Novembro de 1915⁸, após o assalto da secretaria da Administração do Concelho para arrancarem a eliminação dos editais com as tabelas de preços de géneros, substituindo-os por outros. O Administrador acusava os operários e os marítimos de procurarem assaltar estabelecimentos comerciais e celeiros e impedir o embarque de géneros. Os marítimos e os corticeiros alegaram que a força policial fora excessiva.

A situação foi momentaneamente sanada, mas em 1916 a secção dos corticeiros desempenharia um importante papel junto dos operários das armações de pesca em greve, solidarizando-se com os mesmos, como veremos adiante. O administrador do concelho refere-se aos corticeiros, já durante alguns conflitos registados em Fevereiro de 1915, como agitadores capazes de fazer sublevar toda a população operária da vila⁹: *Esta classe marítima que me parece ser ordeira e trabalhadora, anda a ser atizada por alguns elementos da classe corticeira, agitadores de marca que se declaram solidários com aquela classe, instando-a à prática da rebelião e fazendo as suas ameaças à mistura em reuniões e comícios.*

A situação não melhora nos anos seguintes, especialmente devido ao avanço da Grande Guerra. Face à perda dos mercados alemães e belgas, as industriais em Sines correm sérios riscos de encerrar, laborando por vezes quatro ou três dias por semana.

Alguns dos industriais, nomeadamente José Prats, vêem a sua fábrica, com sessenta operários, ser encerrada em Maio de 1916, por ter continuado a exportar para a Alemanha¹⁰. Para além disso, a crise das subsistências e o problema da carestia de vida dificultava ainda mais as condições de vida dos operários do sector. José Pratz pediu

⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Governo Civil de Lisboa, Correspondência recebida, ofício nº 447 do Administrador do concelho Leopoldo Augusto de Cunha Nery, 1915, Dezembro, 9. Pt 94 sala 3 corpo 53, caixa 99

⁸ Arquivo Municipal de Sines. Sessão extraordinária de 18 de Novembro de 1915. Livro de actas nº 16, acta 49, 1915, Novembro, 18.

⁹ Arquivo Municipal de Sines. Administração do Concelho de Sines. Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofício nº. 64 de 24 de Fevereiro de 1915.

¹⁰ Arquivo Municipal de Sines. Administração do Concelho de Sines. Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofício 119 de 18 de Maio de 1916.

mesmo o apoio da Câmara Municipal para o secundar na sua petição ao Governo português¹¹.

Uma comissão de operários propôs então aos industriais e ao administrador do concelho o pedido de uma linha de crédito em que a cortiça já transformada servisse de garantia para que se pudesse receber salários equivalentes a quatro dias de trabalho semanais¹². Dois dias depois, em 11 de Setembro, a comissão intimava os industriais a reabrir as fábricas, entretanto encerradas, num prazo de três dias, “ caso contrário a classe trabalhadora resolve tomar sobre os industriais a responsabilidade de determinados actos que por ventura possam suceder em virtude do seu propósito¹³ ”. Dado que não encontramos mais referências a este problema, parece-nos que as reivindicações foram atendidas.

No entanto, em 10 de Setembro de 1917, os operários corticeiros entram de facto em greve durante um dia, vendo as suas reivindicações, que não conhecemos, atendidas, apesar da insistência de um emissário da União Operária Nacional no sentido da continuação da greve¹⁴. De facto, a associação operária nacional havia decretado uma greve geral nacional a 8 de Setembro por motivo da crise de subsistências¹⁵.

Nem sempre, contudo, operários e industriais estiveram de costas voltadas. Em Novembro de 1916¹⁶ e em Janeiro de 1918 cinquenta operários da fábrica de preparação da cortiça em quadros de António Augusto Guerreiro, com o próprio, pediram a intervenção do administrador do concelho para manter a fábrica em funcionamento¹⁷. Em 1916 dezoito sacas de cortiça em bruto compradas pelo industrial esperavam

¹¹ Arquivo Municipal de Sines. José Prats, industrial de cortiça, solicita o apoio da Câmara Municipal de Sines para continuar a laboração, dada a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Sines, maço 17, documento 17.

¹² Arquivo Municipal de Sines. Administração do Concelho de Sines. Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofício 119 de 18 de Maio de 1916.

¹³ Arquivo Municipal de Sines. Administração do Concelho de Sines. Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofício 39 de 11 de Setembro de 1914.

¹⁴ Arquivo Municipal de Sines. Administração do Concelho de Sines. Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofícios 447 de 9/9/1917 e 450 de 12/9/1917.

¹⁵ Arquivo Municipal de Sines. Administração do Concelho de Sines. Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofícios 447 de 9/9/1917 e 450 de 12/9/1917.

¹⁶ Arquivo Municipal de Sines. Administração do Concelho de Sines. Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofício 203 de 22 de Novembro de 1916.

¹⁷ Arquivo Municipal de Sines. Administração do Concelho de Sines. Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofício 6 de 10 de Janeiro de 1918.

transporte na estação ferroviária de Ermidas para Sines, aguardando a chegada de vagões desde Junho. Dada a falta de matéria-prima, a fábrica foi obrigada a laborar durante apenas três dias por semana.

Assim, o sector corticeiro de Sines reduziu a sua actividade reivindicativa em 1918, ao contrário do movimento operário nacional. Parece antes intervir através de uma Liga Operária, como veremos. As suas preocupações, durante este ano, centrar-se-ão nos problemas dos abastecimentos, situação rapidamente alterada em 1919, quando regressa às greves¹⁸.

Greves

1914, Maio- Greve dos trabalhadores da fábrica Herold.

1916, Abril- Os marítimos e os operários corticeiros estão em greve.

1917/09/10- Os operários corticeiros entram em greve durante um dia.

1919, Outubro – Os operários corticeiros estão em greve.

1919, Novembro – Os operários corticeiros retomaram o trabalho, depois de as suas reivindicações terem sido satisfeitas.

1920, Fevereiro - Os operários corticeiros estão em greve, em solidariedade com os operários de outras localidades

1925-1926- Dezembro e Janeiro- Greve dos operários corticeiros.

Referências bibliográficas

Lopes, Francisco Luís (1985). *Breve Notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama*. Com introdução de João Madeira. 2ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines.

Loureiro, Adolfo (1909). *Os Portos Marítimos de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional.

Madeira, João (1986). A Greve dos Corticeiros em Sines em 1908, in *História*, primeira série, nº 87, Janeiro de 1986, pp. 49-58.

¹⁸ A *Folha de Sines*, vide nº. 8 de 19 de Outubro e o nº. 10 de 15 de Novembro.

Medeiros, Fernando (1978). *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines

arquivo@mun-sines.pt